

março 1998
ano 3
edição meses letivos

Tempo e memória Um ponto de vista sobre Campinas Antonio da Costa Santos

Boletim Óculum é um informativo de assuntos gerais da Revista Óculum e é publicado pelo Centro de Apoio Didático -CAD- da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faupuccamp. As opiniões manifestadas em matérias assinadas não são necessariamente corroboradas pela editoria ou pela direção da escola. Matérias podem ser republicadas desde que mencionada a fonte.

Editor responsável
Abílio Guerra

Correspondentes
Affonso Orciuolo Espanha
Cristina Mehrtens EUA
Eduardo Aquino Canadá
Marcos Tognoni Itália
M- Pilar P Pineyro Uruguai
Paul Meurs Holanda
Paulo Dziuzli França
Pedro Moreira Alemanha
Ramón Gutierrez Argentina
Vitorio Corinaldi Israel

Monitores
André Kaplan
André Zopolatto
Daniel Carmelossi
Flávio Arancibia Coddou
Flávio Laurini
Tatiana Alarcón

Faupuccamp
Diretor
Wilson Ribeiro dos Santos Jr
Vice-diretor
Irineu Idoeta
Coordenador de curso
Ricardo Marques de Azevedo

Centro de Apoio Didático
Campus I
Rod D. Pedro I - Km 136
13089-500 Campinas SP
Brasil
fone 55-019-754.7156
fax 55-019-255.6376
fau@acad.puccamp.br

Revista Óculum
Alameda Campinas 51
01404-000 São Paulo SP
fone-fax 011 2888950
oculum@uninet.com.br

Distribuição gratuita.

Faupuccamp na Internet
www.puccamp.br/~fau/

Apoio cultural
Apple do Brasil



IMPRESSO



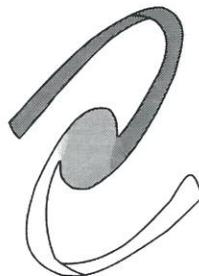
Foto aérea de Campinas na primeira metade deste século

O papel do patrimônio de Campinas na construção da cidade contemporânea exige da escola uma leitura do problema e um debate com a sociedade para que o poder público defenda aquilo que está sendo destruído. Vereadores e prefeitos de Campinas nunca definiram uma política preservacionista. O Capital atrasado continua destruindo e a escola permanece afastada. Nesta última metade do século, intervenções urbanísticas de impacto vem distanciando Campinas de um projeto generoso de uma cidade que poderia vir a ser o templo de suas musas.

O modo como o antigo "rossio" da cidade do café foi tratado, e me refiro exclusivamente a ele, pelo "Plano de Melhoramentos Urbanos" de Prestes Maia, realizado entre 1934 e 1938, revelaria por décadas, uma contradição e um antagonismo. A contradição de sobrepor um Projeto de Avenidas idealizado na concentricidade, sobre o traço quadriculado de tradição iluminista portuguesa da freguesia de 1774 e o antagonismo de visões políticas de cultura e história, provocado pelas profundas transformações do período Getúlio Vargas. Prestes Maia e Mário de Andrade foram para campos opostos. Ambos eram funcionários públicos da capital. Quando Prestes Maia foi nomeado prefeito interventor de São Paulo entre 1938 e 1945, demitiria Mário de Andrade, o fundador do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e o construtor intelectual do SPHAN fundado por Rodrigo de Mello

Franco de Andrade em 1937, durante a gestão do ministro Gustavo Capanema. O embate de posições foi sentido por Flávio de Carvalho, mestre da antropofagia oswaldiana. O ano de 1938, além de ter sido o ano do "Plano de Melhoramentos Urbanos" de Campinas e da demissão de Mário de Andrade, foi o ano de inauguração da importante casa de Valinhos. Este projeto contém implicitamente o risco de seu projeto para o concurso do Palácio do Governo de 1928, contemporâneo da casa modernista de Gregori Warchavchik, tão elogiado por Mário de Andrade; e toda eloquência do discurso sobre "A Cidade Homem Nu", apresentando no IV Encontro Pan-americano de Arquitetos, no Rio de Janeiro em 1930.

A casa dele está caindo, às vésperas do centenário de seu nascimento. Campinas desaparece como projeto da cidade. Estudemos melhor o ano de 1938.



EREA XI

CAD - FAU
PUC-CAMPINAS

FAU PUC-Campinas sedia o
XI EREA SP
EREAXI@acad.puccamp.br

A FAU PUC-Campinas sedia o XI Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo que acontece entre os dias 17 e 21 de abril de 1998 na cidade de Campinas. O EREA é um projeto da FENEA - Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - e reunirá desta vez estudantes de 36 escolas de nosso Estado. Um retorno à origem, pois o primeiro EREA aconteceu em Campinas em 1983

O tema geral "A Construção da Cidade Contemporânea" será desenvolvido no XI EREA Campinas, como também nos outros 4 EREAs (Norte-Nordeste, Centro, Sul e Leste) e no ENEA (Encontro Nacional) a se realizar no Rio de Janeiro no período de 20 a 27 julho.

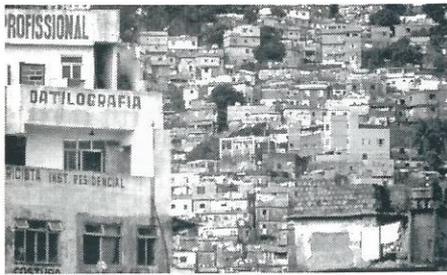
O XI EREA Campinas será marcado por intervenções urbanas em espaços públicos, residenciais e abandonados. O tema geral a ser focado nestas áreas da cidade de Campinas, contará com os seguintes subtemas: 1. Espaço livre público; 2. Espaço habitado; 3. A imagem da cidade; 4. Tempo e memória; 5. Sociabilidade contemporânea.

A espinha dorsal do evento serão os TICs - Trabalho Integrado na Cidade -, onde o estudantes terão contato direto com a comunidade. Para as atividades matinais estão reservados passeios turísticos e culturais e atividades alternativas. À partir das 20:30h acontecerão sessões da "Discussão Aberta", com a presença de profissionais da área levantando discussões relevantes ao tema. As festas também serão temáticas: "Festa do Personagem Urbano" e "Festa das Citações Arquitetônicas". Este número especial do Boletim Óculum de preparação e divulgação do XI EREA conta com as seguintes colaboração: Antonio da Costa Santos, Departamento de Projeto; Luis Espallargas Gimenez, Departamento de Fundamentos Teóricos; Vladimir Bartalini, Departamento de Planejamento - todos da FAU PUC-Campinas - Cibele Saliba Rizek, Escola de Arquitetura USP São Carlos; e Luis Antonio Jorge, FAU-USP.

XI Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo
De 17 a 21 de abril de 1998
FAU PUC-Campinas, cidade de Campinas
Info 019 754.7150 ou 754.7177
Email EREAXI@acad.puccamp.br

Cidades globalizadas e a crise das utopias urbanas

Cibele Saliba Rizek
padis@cepa.com.br



Favela no Rio de Janeiro. Foto Paul Meurs

"Disse (o Grande Khan): – É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito. E Polo: – O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui (...) existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço". Ítalo Calvino. "As cidades invisíveis". Cia das Letras. São Paulo. 1991.

Não é muito difícil constatar que estamos diante de uma dupla crise. Ela se desdobra por um campo de experiências na e da cidade, identificadas com as formas da civilidade ocidental e por uma crise da reflexão e da própria concepção de cidade. As experiências que configuram esta crise são tematizadas como caos, violência, barbárie resultantes da pobreza, da miséria, do *apartheid* social brasileiro e mundial e, visivelmente, se contrapõem à idéia de urbanidade, sinônimo de civilização e, não raro, de modernidade. Parte desta discussão configurou um terreno que foi ganhando corpo a partir da noção de exclusão social. Entretanto esta noção suscita algumas questões que dizem respeito à reposição de velhas dualizações, tais como, por exemplo, entre os excluídos e os incluídos ou entre as zonas de vulnerabilidade e as zonas de coesão e de integração.

Esta reposição das dualidades é muito apaziguadora, ao menos para os que estão reunidos de algum modo sob a noção de inclusão. Além disso, esta dualidade como forma de pensar o presente permite e avalia duas posturas freqüentes e perigosas: uma mitificação nostálgica do passado e uma posição que tematiza o futuro como catástrofe. De fato, pobreza e miséria, no Brasil e em outras sociedades não são fenômenos novos, o que não quer dizer que não se apresentem sob o signo de novas perversidades. De fato, a sociedade e a reflexão brasileiras foram compreendidas por muitas enunciações de dualidades: o arcaico e o moderno, o velho e o novo, o atraso e progresso. Curiosamente as significações, os sentidos destas dualidades se transformaram, deslizando e configurando novos referentes: direitos se transformam em privilégios; como é o caso da reivindicação da Reforma Agrária, que se transformou em marca do Brasil

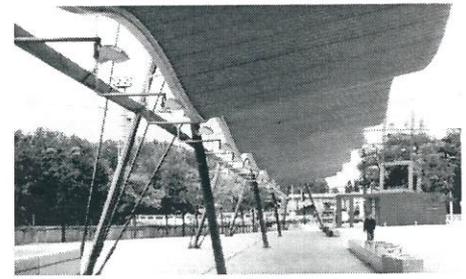
arcaico contra o Brasil moderno.

Em meio a estes deslizamentos de sentido, uma crise pouco evidente se desenhou: a do futuro que se configura em uma crise de horizontes, de utopias e de sua legitimidade. Outro elemento do futuro em crise se vincula ao fato de que as ameaças não se localizam apenas nestas zonas de exclusão, até porque há uma circularidade entre estes lugares e aqueles em que ainda se fabrica coesão e integração. De um modo ou de outro, estamos todos vivendo "o risco", ou "de risco", em meio a um terreno que instabiliza e recria significados.

O que se desvanece é a idéia mesma da constituição de sujeitos e a legitimidade de uma igualdade possível pela estranha e surda transformação dos sentidos, implícitas nas novas práticas e nos novos discursos. A pobreza, o desemprego, o crescimento das formas de "exclusão" já determinados como tal são candidamente justificados pela globalização, pelas novas modalidades da concorrência, pelo "imperativo categórico" da saúde econômica das empresas e do Estado, pelo âmbito mundial dos novos mapas da pobreza e do desemprego, pela constituição de consensos que deslocam a possibilidade e a legitimidade mesma do conflito. Para além do que teima em aparecer como estanque e dividido, a "nova questão social" e a crise das cidades podem ser vistas como parte constitutiva da crise do futuro, o que pode indicar por que a cidade deixa de ser o lugar da utopia e passa a ser o terreno do investimento de novos "realismos". A cidade, lugar do pensamento, deixa de ser tematizada como *topos* da liberdade, como promessa, e passa a ser vivida como desenraizamento que produz não um novo começo, mas uma capacidade inusitada de destruição e de violência. Repensar o presente como um tempo de transições, recolocar o presente como momento frágil entre o passado e o futuro, pode permitir qualificar perdas reais e simbólicas, recolocar possibilidades que estão nas esferas e nos horizontes da ação humana e, como tal, não podem estar inscritas na "natureza mesma das coisas". Disto faz parte refletir e dizer a cidade, em contraponto à comunidade, como lugar onde a idéia mesma de igualdade e medida pôde ser concebida, lugar onde ganharam densidade e espessura pública, por oposição à tutela comunal e ao simples contrato, direitos e solidariedades e, sobre esta base, identidades e subjetividades. Este lugar ainda existe como um conjunto de práticas e como horizonte? Ainda é possível pensar as cidades brasileiras desta perspectiva? É possível intervir nas cidades sem levar em conta, afinal, o que elas são? Talvez um dos caminhos de reflexão seja um esforço de reconhecimento destas questões no campo minado dos conceitos de cidade e de suas múltiplas adjetivações contemporâneas: cidades globais, cidades virtuais, cidades hiper reais, e muitas outras. Talvez por isso, seja ainda mais necessário recuperarmos nossa capacidade de imaginar e, assim, reinventar as cidades e as suas promessas.

Espaços livres públicos na cidade contemporânea

Vladimir Bartalini
vladbart@mandic.com.br



Parque La Villette, Paris. Arq Bernard Tshumi. Foto A. Guerra

A existência de "espaços livres públicos" é indissociável da existência da cidade. Antecede o nascimento do urbanismo – disciplina com pretensões científicas para refletir e atuar sobre o espaço urbano. Assim, quando nos meados do século 19, na Europa e nos EUA, foram concebidos os primeiros "sistemas" de espaços livres e de áreas verdes públicos, as "praças", os "parques" e os jardins "públicos" já estavam presentes nas cidades. Foi a partir de meados do século 19 que se consumou a adaptação dos valores estéticos, dos conhecimentos de um modo geral, próprios da "arte dos jardins", até então quase que restrita às grandes propriedades privadas, às novas demandas de um público fruidor, qualitativa e quantitativamente diferente do frequentador dos jardins privados. Esta nova "arte pública" teve seu próprio desenvolvimento. Entre 1835 – ano em que John Claudius Loudon, num lance pioneiro, definiu princípios gerais para os projetos de jardins público¹ – e 1906 – que marca a 1ª edição do livro de Jean-Claude-Nicolas Forestier² – vieram a público publicações que se propunham organizar os espaços urbanos não edificados num sistema coerente. Em 1908 Jules Vacherot lançou o livro "Les Parcs et jardins au commencement du XX^e siècle, École française (Barrillet-Deschamps)". Ao dedicar o livro a Barrillet-Deschamps – o principal jardineiro da equipe de Alphand, na Paris do Segundo Império – Vacherot entoa o "canto do cisne", alertando para o risco da perda de todo um saber adquirido na "arte dos jardins".

De fato passaram a ser raras as reflexões sobre os projetos de parques e jardins, situação refletida no academicismo sintomático da própria produção. Existiram exceções: Burle Marx no Brasil, Luis Barragán no México, Geoffrey Jellicoe na Inglaterra e a "escola" californiana dos anos 30 nos Estados Unidos (Garret Eckbo, Dan Kiley, James Rose e Thomas Church). Mas muito pouco desta produção teve rebatimento na esfera pública. Há quem entenda este empobrecimento como "um sintoma da crise que afetou a arte dos jardins, na verdade a própria idéia de jardim, na época da modernidade". A singularidade dos jardins (sua não reproduzibilidade), os cuidados constantes e onerosos que exigem, a própria fruição destes espaços (ainda guardando traços aristocráticos), seriam pouco compatíveis com "a estandarização, a internacionalização, a velocidade e mais genericamente com os modos de vida próprios da época

Por uma antologia da imagem da cidade

Luís Antônio Jorge

lajorge@lexxa.com.br

moderna industrial"³

Assim, à medida em que o urbanismo se desenvolvia como técnica de gestão da urbanização, também se desenvolviam as idéias sobre a necessidade da vegetação no meio urbano (higienização) e dos espaços livres para recreação (saúde física e moral). Esta visão utilitarista, traduzível em termos de m² de "verde" por habitante, prevaleceu sobre as particularidades (funcionais e estéticas) das diferentes tipologias de espaços livres públicos, particularmente as áreas verdes.

Mesmo propostas urbanísticas de vanguarda, como as "villes vertes" de Le Corbusier, recorreram ao "jardim à inglesa" para descrever o tipo de parque em que se assentariam as cidades.⁴ As pesquisas de uma nova estética para os jardins não saíram dos limites da "Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes", realizada em Paris em 1925.

Foi necessária a crítica ao movimento moderno dos anos 60 e 70, para que ressurgisse o interesse pelas questões da paisagem, dos jardins e dos parques. Nos anos 80 o concurso para o parque La Villette, em Paris, propiciou a criação de um novo paradigma de parque urbano tanto em termos programáticos quanto formais. Em paralelo, tomaram impulso as preocupações de ordem ecológica, resultando em novas posturas em relação ao chamado ambiente "natural" em meio a áreas urbanizadas, levaram a atitudes de proteção ou de recuperação de testemunhos de ecossistemas mediante a implantação de parques. Jardins que valorizam o "inculto", as "ervas daninhas", a "intervenção mínima" como alternativas ao "neo-racionalismo", ao "deconstrutivismo", à "land art".

Embora este renascimento não esteja isento da "ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, efemeridade e caos"⁵ que caracterizam o desenho urbano pós-moderno, em alguns casos ele serviu para o questionamento e a reproposição do papel do parque na cidade contemporânea, e do papel do jardim como espaço de representação das relações do homem com a natureza.

Mas simplesmente filiar-se a esta ou àquela "tendência", ou mesmo servir-se acriticamente de todas, não nos levará muito longe. Depois de terem servido, de forma magistral, ao alto clero durante o renascimento italiano; depois de terem oferecido um magnífico cenário para a nobreza francesa do século 17; e depois de terem acomodado, com genialidade, o espaço em torno dos castelos à paisagem rural inglesa setecentista, os jardins e, por extensão, os parques públicos podem acabar se prestando docilmente, hoje, ao papel de "biombos" que ocultam as mazelas das cidades atuais, na sua competição pelo título de "cidades globais". Nada mais distante da realização do anseio por uma cidade mais humanizada e democrática.

Notas

1 John C. Loudon, "Remarks on laying out Public Gardens"

2 J-C-Nicolas Forestier, "Grandes Villes et Systèmes des Parcs"

3 Jean-Pierre Le Dantec, "Jardins et Paysages. Textes critiques de l'Antiquité à nos jours". Larousse, Paris, 1996

4 Le Corbusier, "Urbanisme", 1925

5 David Harvey, Condição pós-moderna. Ed Loyola, 1992



Foto Fred G. Korth, 1939

A análise da imagem da cidade a fim de proporcionar subsídios ao projeto de arquitetura e urbanismo, pautou a pesquisa pioneira de Kevin Lynch, concluída em 1959 e publicada, no Brasil, com o título "A Imagem da Cidade". A interpretação desse trabalho permitiu, aos arquitetos e urbanistas, reconhecer na cidade, uma sintaxe mínima de elementos ou variáveis operacionalizáveis, não só na compreensão da imagem, como na constituição de um ideal de desenho urbano, marcado pela legibilidade e clareza das suas proposições. A imagem, conforme o conceito empregado por Lynch, decorre da ação do nosso sentido da visão, isto é, as suas qualidades físicas são definidas pela inteligência visual, que na sua atividade, discrimina, ordena e classifica, ao produzir alguma forma de compreensão. Analogamente, a partir desse conceito de leitura visual pôde-se, então, antever um projeto de cidade definido por imagens claras associadas às especializações dos espaços destinados às diferentes funções. Estava-se referendando, agora com uma outra base teórica, oriunda das pesquisas desenvolvidas na época pelos estudiosos da Gestalt, os postulados da cidade funcionalista, ou seja, produzindo uma sobrevida do seu ideário, pelo menos, pela década subsequente. O projeto comprometido com essa abordagem da imagem da cidade enfatizava seus aspectos visuais.

Tal concepção da imagem da cidade veio perdendo a sua influência, na medida em que veio perdendo o seu caráter discriminante. A cidade continuava sobrepondo funções nos mesmos espaços, promovendo a convivência simultânea de tudo e de todos - o que só aumentou as ressalvas ao modo de ler a cidade proposto por Lynch e definido, assim, por uma visibilidade hegemônica.

Um outro fator que veio comprometer o discernimento que a imagem da cidade pode oferecer foi, justamente, a inflação de imagens e sobretudo, de linguagens e de artifícios de produção de imagens - além das facilidades comunicacionais - típica dos tempos em que vivemos. As imagens não se vinculam mais aos espaços, nem tampouco à cidade. Elas migram e se reproduzem numa contínua colagem, avessas a qualquer mito de fidelidade à origem. E o que vemos é uma espécie de retórica da cidade globalizada, caracterizada pela homogeneização que tais discursos necessitam lançar mão para atingir grandes massas. A representação uniforme das cidades nos novos meios de comunicação tem, em grande parte, produzido uma adap-

tação dos cartões postais à era eletrônica, através de um uso pouco criativo, salvo raras exceções, da plataforma www. E de novo, além de uma hegemonia do visual, a perda das diferenças que dão aos lugares suas individualidades.

Agora, curiosamente, quanto mais a imagem define-se polisensorialmente, mais próxima ela está do senso comum. Se a uma cidade fosse atribuída uma imagem, suficientemente conhecida, de modo que a partir dela fosse a cidade identificada, provavelmente, essa imagem é a mesma registrada pelos postais, caso a cidade tenha apelo turístico. Mas, descartando essa situação, a imagem que cada um evoca quando dela se fala, pouco tem de visual: é antes polisensorial. Ela é visualmente pouco definida, e para que assim se faça, é necessário percorrê-la na memória, buscando os lugares registrados. Tal percurso, dado os pormenores que cada um recolhe, faz com que esta "imagem da cidade" seja extremamente particular, ou seja, ela, embora sendo "da cidade", é uma representação de uma história pessoal, de uma experiência de vida, composta por odores, ruídos, temperatura, sensações, etc.

Aquela imagem colorida pela experiência pessoal, pelos fatos de vida que lhe foram agregados, é dificilmente representável numa linguagem comum ou objetiva, ou seja que visa uma comunicação de ordem prática para alguém (como é, por exemplo, a imagem de um mapa, para quem deseja encontrar um endereço). Quanto mais a imagem se define pelo força da narrativa de um sujeito específico, que demonstra e explicita seu ponto de vista, seu tempo e seu lugar, tanto mais ela se afasta da panorâmica imagem da cidade de domínio público. Ocorre, porém, que a imagem da cidade é resultado de uma conjunção de imagens, não só vividas por aqueles que de fato tem a cidade como palco das suas experiências, como por aqueles que se detiveram em apresentá-las, utilizando os mais variados meios e instrumentos para inscrevê-la num imaginário urbano, que será tanto maior e diversificado, quanto o repertório daquele que o conhece. Ora acontece que determinados quadros da vida urbana, expressos nas obras de alguns artistas, seja ele do universo verbal (a cidade de Recife, de Manoel Bandeira ou de João Cabral) ou visual (a Praça Roosevelt do Sganzerla ou o Anhangabaú do Gruber), tem (ou deveria ter) para um estudioso, pesquisador ou profissional de arquitetura e urbanismo, igual poder de exprimir, ou até, definir, ainda que temporariamente, a imagem polisensorial da cidade. Por que a nossa iconografia urbana está quase limitada às fotos e pinturas de paisagens? E os documentários do cinema, ou mesmo a ficção? E o vídeo, a literatura, o cartum?

O que precisamos, sim, não é só rever, mas construir nossa tradição, visitando o espaço lido, saboreando as imagens que já definiram lugares, aprendendo com a revelação que os olhares aguçados, as vidas, as consciências, as sensibilidades de outrem ainda estão por produzir. Por uma antologia da imagem polisensorial da cidade brasileira.

Um olhar sobre a cidade

Vanessa Gayego Bello Figueiredo

Coordenadora Geral do XI EREA

pet@zeus.puccamp.br

- 1722** *Bandeirantes paulistas em busca de ouro.
O pouso à beira do Caminho dos Goiases.
Caravanas, caravanas, caravanas...
Passagem obrigatória - a Rua da Pinga.
Surge Campinas - "Princesa d'Oeste"
A casa de taipa e sapé.
Pasto, pastagem, água, paragem.*
- 1745** *Densa mata, Vila de Jundiá.
Do Ribeirão do Pinheiros aos campos de Mogi.
Do pouso às semarias,
E mais Marias...
Os primeiros colonos - o bairro rural.
"O bairro do Mato Grosso das Campinas".*
- 1774** *Do bairro à freguesia.
De sapé e paus roliços a capela se erguia.
"Freguesia da Nossa Senhora da Conceição de
Campinas".
O primeiro colono, a primeira praça.
Francisco Barreto Leme, sesmeiro, fundador e
"urbanista".
As primeiras quadras - as ruas De Baixo, Do Meio
e De Cima.
Com traçado retilíneo e ortogonal
Surge o núcleo urbano de Campinas.*
- 1797** *Da pobre Freguesia à rica Vila
Policultura, monocultura, subsistência,
exportação
Surge a Vila da cana-de-açúcar - "Vila de São
Carlos"
Novas sesmarias - grandes latifúndios.
Janela, porta, janela.
Da taipa de mão à taipa de pilão.
Da casa térrea ao casarão.
A catedral, o teatro, a igreja, a casa do conselho.
Junto às primeiras eleições - a cadeia...
E os primeiros ladrões.*
- 1842** *Do açúcar ao café.
Da Vila à Cidade.
Enfim... a cidade de Campinas.
Café, café, café com pão...
Olha aí a ferrovia.
Olha aí o europeu - imigração.
Fim do tráfico negreiro - abolição.
Paulista, Mogiana, Sorocabana.
Vem telégrafo, vem comunicação.
A gás - a iluminação.
"Bondes de burro" e chafarizes.*
- 1860** *Gradis, bandeiras de ferro, azulejos.
Mais ferro, mais ferro...
As primeiras indústrias.
Fundição, tecido, couro, sabão.
A máquina, o homem, a máquina.
A cidade cresce, cresce, cresce...
Cadê o esgoto, cadê o arruamento.
A cidade quer saneamento.*

Vanessa Gayego Bello Figueiredo é aluna da FAU PUC-Campinas e bolsista do PET

- 1889** *Vem a epidemia - a febre amarela.
Desolação, abandono.
Cocheiras pra fora da cidade.
Surge o perímetro urbano...
O primeiro código de obras.
O "urbanismo sanitário".
Pavimentaram as ruas.
E como diria Manuel Bandeira:
"Trucidaram o rio" - que rio?
Campinas: "cidade limpa e saudável".
Profilaxia. Foi-se a epidemia.
Como Fênix, Campinas ressurgia.*
- 1900** *E então... mais fábricas, mais fábricas.
Além do café, o algodão.
Olha o bonde, sem tração.
Novos bairros em formação.
Expansão, expansão, especulação,
Especulação imobiliária.
Pavimentação, obra viária.
"Crasch", olha a bolsa.
Adeus: café, café, café com pão.
Paralela a ferrovia, a rodovia.
Mais um vez a Fênix ressurgia.*
- 1940** *O povo quer "ordem e progresso".
Prédios modernos, amplas avenidas.
Vem "Hausman" - Prestes Maia, o urbanista.
Cai a igreja, cai o casarão,
Tudo vira pavimentação.
Transformação, adaptação, expansão.
Acelerada industrialização e construção.
Olha de novo a especulação.
Residências ao Norte e Oeste,
Indústrias ao Sul e Sudoeste.
Olha aí a "cidade marginal".
"A grande Campinas" - metrópole regional.*
- 1960** *De residencial a comercial,
Vai mudando a área central.
O horizontal cede ao vertical.
Concreto, ferro, concreto.
O recorte da cidade apaga os edifícios públicos.
Avenidas, viadutos, pontes.
Automóvel, automóvel.
Cadê as praças, cadê a rua da Pinga?
As praças estão na periferia,
Agora cobertas e com escadas rolantes.
Nada como antes!
Ergue-se a muralha,
Oprimindo a casa de palha.*
- 1990** *Campinas, "terceira praça econômica do país".
"Uma cidade dinâmica".
Fluxo, fluxo, fluxo...
Olha o rótulo.
Gira, gira - gira capital.
Alta tecnologia, importante polo industrial.
Produção, otimização, globalização.
Ensino, pesquisa e extensão.
Universidade em expansão.
A cidade ontem e hoje.
Passado, presente, futuro...*

XI Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura

Luis Espallargas Gimenez

learq@mandic.com.br



Centro de Convivência, Campinas. Arq Fábio Penteadó. Foto Augusto Ramasco Pessoa

O tema escolhido para o XI EREA, organizado na FAU PUC-Campinas não poderia ser mais oportuno. Em primeiro lugar, porque a cidade, enquanto feito coletivo, deveria ser sempre considerada, a um só tempo, referência e convergência das intervenções de arquitetura e em segundo, porque a desfigurada imagem das cidades modernas e a desvanecida metodologia do plano cedem e seus vazios devem ser ocupados por inéditas proposições que recuperem a abalada convicção do projeto da cidade. Definir como tema do encontro "A construção da cidade contemporânea" ajuda a procurar um outro e necessário urbanismo, evidentemente desconfiado do planejamento normativo e devendo do desenho urbano que tantos valores acumulou em todas as cidades. Uma nova forma de urbanismo que costure as conquistas da arquitetura moderna junto com a cidade tradicional ou as invenções técnicas e tipológicas junto com a história dos homens que fica condensada em seus assentamentos e objetos. Um urbanismo diferente, a meio caminho das teorias acadêmicas e da interpretação contemporânea, já que terá que dar conta dos problemas emergentes que se apresentam, enfrentando a complexidade sem precedentes nas cidades e porque ademais do desempenho deverá promover qualidade urbana nas cidades. Ao invés de contar-se com projetar edifícios autônomos e quase sempre presunçosos, os alunos mostram interessar-se pelas relações intersticiais dos edifícios construídos em todos os tempos, concentrando nestes lapsos suas atenções e energia. É quando se apreendem todos os edifícios em conjunto e seus correspondentes intervalos que se conhecem relações espaciais superiores aos insígnificantes recuos de um lote. As relações espaciais entre os edifícios estão nos vazios deixados que constituem os espaços públicos de uma cidade, ou os lugares de importância urbana fundamental, uma vez que pertencem e representam a todos cidadãos, vazios que a cultura insiste em entender como terra de ninguém, onde será possível abrir negócios, jogar entulho, anunciar, abrigar taxistas, construir guaritas e cercar com grades. O desenho dos espaços públicos será uma das chaves para a construção das cidades. Recuperar a importância destes espaços, convencendo a todos de seu valor é uma grande e inadiável tarefa onde os arquitetos e claro, os alunos de arquitetura tem um papel da maior importância.